

Editorial

Nesta edição número 83, abrimos a Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental com estudo do Consultor Geral da União, Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, sobre a litigância intragovernamental no contexto da defesa do interesse público. A seguir, temos artigo dos Professores Má ... [veja mais](#).

O tema e o problema da litigância intragovernamental no contexto da defesa do interesse público

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Palavras-chave: Litigância intragovernamental. Interesse público. Administração Pública. Não se pode confundir força com arbítrio, no ambiente das observações e afirmações do artigo que segue. Por força procura se traduzir coordenação, articulação, isto é ... [veja mais](#).

Improbidade administrativa e a jurisprudência do STJ – O esvaziamento do dolo nos artigos 9º e 11, e a inconstitucionalidade da culpa no art. 10

Márcio Cammarosano, Flávio Henrique Unes Pereira

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: O artigo aborda duas questões: (i) o risco de esvaziamento do dolo, nas hipóteses dos arts. 9º e 11, da Lei de Improbidade Administrativa, porquanto decisões judiciais têm reconhecido a prática de ato ímprobo em razão de violação à lei, sem demonstrar, a partir do exame do contexto de cada caso, que o agente t ... [veja mais](#).

Por um estatuto jurídico para as sociedades estatais que atuam no mercado

Marcia Carla Pereira Ribeiro, Rosângela do Socorro Alves

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: A edição de um estatuto jurídico geral para as sociedades estatais encontra-se prevista na Constituição Federal Brasileira, cuja normativa deverá disciplinar as condições para a criação e conseqüente manutenção de tais sociedades, à luz de diretrizes que justificam a sua existência por r ... [veja mais](#).

200 anos de constitucionalismo – Resquícios para uma história constitucional do Brasil

Marcelo Casseb Continentino

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Palavras-chave: Constitucionalismo brasileiro. Constitucionalismo francês. Separação de poderes. Constituição Federal. Sumário: 1 Introdução – 25 anos de Constituição ou 200 anos de constitucionalismo? – 2 A longa duração do olhar constitucional e os riscos de uma periodização &ndas ... [veja mais](#).

Diálogos entre o princípio da proibição de retrocesso socioambiental e o novo Código Florestal Brasileiro

Luís Ossamu Gelati Nagao

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: A Constituição Federal de 1988 prevê vários direitos fundamentais, a exemplo do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado insculpido no seu art. 225. Diversas normas constitucionais (inclusive a norma definidora do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado), para que tenham a plenitude de seus efeitos alcan&cedi ... [veja mais](#).

Transferências voluntárias

Ana Maria Janovik

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: As transferências voluntárias são verbas repassadas pela União para Estados, Municípios, Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos, com a finalidade de cooperação, auxílio ou assistência financeira para o desenvolvimento de um projeto, evento, atividade ou programa de interesse federal e, ao mesmo tempo, re ... [veja mais](#).

Licitações para o desenvolvimento nacional sustentável – Considerações sobre a aplicação das margens de preferências da Lei nº 12.349/2010 no âmbito da Administração Pública

estadual

Horácio Augusto Mendes de Sousa

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: O objeto do presente estudo consiste em investigar os limites e possibilidades de aplicação das margens de preferências para produtos e serviços nacionais, com vistas ao desenvolvimento nacional sustentável, no âmbito das licitações promovidas pela Administração Pública estadual, com base na Lei nº 12.34 ... [veja mais](#).

Licitações sustentáveis e royalties de petróleo

Claudio Penedo Madureira

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Palavras-chave: Direito Constitucional. Sustentabilidade. Exploração de petróleo e gás.

Royalties. Direito Administrativo. Licitações e contratações públicas. Sumário: 1 Introduzindo a discussão – 2 O princípio constitucional da sustentabilidade e a vinculação das políticas p&uacu ... [veja mais](#).

Direitos sociais – Questões conceituais e efetividade

Carlo Artur Basílico

Categoria: Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Resumo: O presente artigo propõe-se ao resgate da tese de que os direitos sociais são verdadeiros direitos humanos individuais subjetivos no sentido tradicional do termo, como forma de proporcionar melhor suporte teórico para sua efetiva implementação, o que é condição indispensável para qualificar o Estado Brasileiro como verda ... [veja mais](#).

Súmula Vinculante nº 24 – A função penal do processo administrativo tributário

Nadja Araujo

Categoria: Seção de Direito Tributário

Resumo: O trabalho apresenta uma crítica sobre a categoria dogmática “crimes contra a ordem tributária”. A tipicidade penal é revista a partir de paradigmas sociopolíticos relacionados com a atualidade. Nesse quadro, o papel da administração pública dos tributos no procedimento penal é desvelado, segundo a orienta&cc ... [veja mais](#).

Novas perspectivas sobre a inconstitucionalidade de leis municipais – O vício de origem e o chefe do executivo

Giovani da Silva Corralo

Categoria: Seção de Direito Municipal

Resumo: Este artigo estuda o processo legislativo municipal e a realização de emendas parlamentares inconstitucionais. Para este fim, analisa-se o processo legislativo municipal e a autonomia dos municípios. Em sequência, perpassa-se à sanção e ao veto de proposições, para então envidar reflexões sobre as emendas in ... [veja mais](#).

As multas nos Tribunais de Contas – Estrutura lógica da regra sancionatória

Ricardo Schneider Rodrigues

Categoria: Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Resumo: A Ciência do Direito (discurso descritivo) propõe metodologias para observar, investigar, interpretar e descrever proposições prescritivas do direito positivo. O presente trabalho examina as normas jurídicas relativas às multas aplicadas pelos Tribunais de Contas, especialmente o de Alagoas, valendo-se do método de Paulo de Barros Carv ... [veja mais](#).

Supremo Tribunal Federal

Tributário – ISS – Serviço de impressão gráfica do jornal “Folha Universal” da Igreja Universal do Reino de Deus – Execução do serviço por terceiros – Imunidade tributária – Alcance do instituto – Art. 150, VI, “d”, CF/88

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTAREcurso extraordinário – Imposto Sobre Serviços (ISS) – Serviços de impressão gráfica do jornal “Folha Universal” da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) executados por terceiros – Considerações em torno do significado e alcance do instituto da imunidade tributária (CF, art. 150, VI, “d”&rdquo ... [veja mais](#).

Superior Tribunal de Justiça

Processual Civil – Administrativo – Ação Civil Pública – Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional – Proteção do patrimônio urbanístico, cultural e histórico – Limitação por pertinência temática – Incabível – Art. 54, XIV e Art. 44, I, Lei nº 8.906/94

– Defesa da Constituição Federal, do Estado de Direito e da Justiça Social

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTAProcessual Civil. Administrativo. Ação civil pública. Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Seccional. Proteção do patrimônio urbanístico, cultural e histórico. Limitação por pertinência temática. Incabível. Leitura sistemática do art. 54, XIV, com o art. 44, I, da Lei 8.906/94. Defesa da C ... [veja mais](#).

Superior Tribunal de Justiça

Concurso público – Polícia militar – Exclusão de candidato por maus antecedentes – Condenação penal – Atos incompatíveis com a dignidade da função pública - Regra prevista no edital

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTAREcurso em mandado de segurança. Concurso público. Policial militar. Exclusão de candidato por maus antecedentes. Condenação penal. Atos incompatíveis com a dignidade da função pública. Regra prevista no edital. Legalidade. Moralidade. Razoabilidade. Inovação recursal. Impossibilidade.1 - Em que pese a ampla ... [veja mais](#).

Superior Tribunal de Justiça

Processo disciplinar – Magistrado – Aposentadoria compulsória – Violação de deveres – Conduta incompatível com a dignidade da função – Envolvimento com integrante de quadrilha de roubo e receptação de automotores – Empréstimo de terreno para guarda de veículos destinados a desmanche – Pessoa com pena com trânsito em julgado por crime contra fé pública – Execução da pena no juízo em que o sancionado atuava

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTAAdministrativo. Processo disciplinar. Magistrado. Aposentadoria compulsória. Violação de deveres. Conduta incompatível com a dignidade da função. Empréstimo de terreno para guarda de veículos destinados a desmanche. Envolvimento com integrante de quadrilha de roubo e receptação de automóveis. Pessoa que possuía ... [veja mais](#).

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Constitucional – Ação Civil Pública – Acesso ao ensino fundamental – Restrição por motivo de idade – Impossibilidade – Art. 3º, IV e 208, I e VI, da Constituição Federal - Art. 32 da Lei nº 9.034/1996

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTAConstitucional. Ação civil pública. Acesso ao ensino fundamental. Restrição por motivo de idade. Impossibilidade. Arts. 3º, IV e 208, I e VI, da Constituição Federal e art. 32 da Lei 9.034/1996. Preliminares rejeitadas.1 - Tendo o decisum a quo apreciado, como no caso, a controvérsia instaurada nos autos, decidindo a causa, ... [veja mais](#).

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Direito Administrativo e Tributário – Correios – Veículo apreendido – CRLV – Imunidade tributária – Medidas concretizadoras

Categoria: Acórdãos na Íntegra

EMENTADireito Administrativo e Processo Civil. Apelação. Correios. Veículo apreendido. CRLV. Imunidade tributária. Medidas concretizadoras.1. A sentença determinou ao ESTADO DO RJ e ao DETRAN/RJ, em respeito à imunidade tributária dos CORREIOS, reconhecida pelo STF, adotar as medidas necessárias à expedição do CRLV ... [veja mais](#).

Ação Civil Pública

Categoria: Ementário

1236 - Processual Civil e Constitucional. Agravo de instrumento. Ação civil pública. Transporte para pacientes renais crônicos. Presença do MPF no pólo ativo. Competência da Justiça Federal. Ilegitimidade passiva da União Federal. Interesse local.1. Na origem, o Parquet Federal ajuizou ação civil pública em face ... [veja mais](#).

Administrativo

Categoria: Ementário

1240 - Administrativo. Ação civil pública. ECT. Serviço postal domiciliar. Lei 6.538/78. Portaria do Ministério das Comunicações 311/98. Princípios da universalidade, da impessoalidade e da atualidade do serviço público. Reserva do possível. Viabilidade técnica e financeira.1. Há comprovação ... [veja mais](#).

Bem Público

Categoria: Ementário

1248 - Administrativo. Recurso de apelação. Contrato de cessão de uso a título gratuito. Imprescritibilidade. Art. 37, §5º, CF/88. Ilícitude contratual configurada. Enriquecimento

ilícito do administrado. Apelação provida.1. Cinge-se a controvérsia em determinar se cabe à AESAT - Associação Espiritosantense ... [veja mais.](#)

Concurso Público

Categoria: Ementário

1252 - Ação civil pública. Tutela jurisdicional inibitória. Contratação pelo Banco do Brasil mediante provimento derivado, sem prévio concurso público. Pedido de atuação judicial para fixação de obrigação de não fazer, para observação da imposição constitucional (... [veja mais.](#)

Constitucional

Categoria: Ementário

1259 - Constitucional, Administrativo e Processual Civil. Ação civil pública. Defensoria Pública da União. Cerceamento de defesa. Direito à saúde. Tratamento médico. Obesidade mórbida. União, Estado de Minas Gerais e Município de Belo Horizonte. Direito humano fundamental e difuso, constitucionalmente garantido. Prelim ... [veja mais.](#)

Desapropriação

Categoria: Ementário

1265 - Administrativo e Processual Civil. DNIT. Ilegitimidade passiva ad causam. Desapropriação indireta. Construção de anel viário. Ocupação comprovada por perícia técnica. Juros moratórios.1. Com a extinção do DNER e simultânea criação do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transp ... [veja mais.](#)

Meio Ambiente

Categoria: Ementário

1272 - Administrativo. Mandado de segurança. Ato administrativo. Anulação de portaria. Ausência de aplicabilidade a Unidade da Federação diversa.1. A análise do projeto de reflorestamento proposto pelo impetrante baseou-se na Portaria n. 24, de 12.12.2001, expedida pelo gerente executivo do Estado do Tocantins, não possuindo, a autoridade ... [veja mais.](#)

Poder De Polícia

Categoria: Ementário

1276 - Constitucional. Administrativo. Ação civil pública. Rodovias federais. Autuações e sanções. Aplicação pelo DETRAN/AC. Nulidade. Competência do DNIT. Princípio da legalidade.1. O DNIT delegou ao DETRAN/AC, por meio do Convênio nº 001208-00, a competência para promover a arrecadação ... [veja mais.](#)

Responsabilidade Civil

Categoria: Ementário

1281 - Constitucional e Administrativo. Responsabilidade civil do Estado. Teste HIV. Falso-positivo. Recomendações do Ministério da Saúde. Tratamento médico inicializado. Interrupção da amamentação. Cautela com a saúde da autora e de sua filha. Obrigação de indenizar. Inexistência.1. Apelaçã ... [veja mais.](#)

Responsabilidade Civil Objetiva

Categoria: Ementário

1286 - Administrativo e Constitucional - Responsabilidade civil do Estado - Atos jurisdicionais - Exercício de soberania - Responsabilidade objetiva inaplicável - Precedentes do STF - Art. 5º, LXXV, da CF/88 - Falha na prestação jurisdicional não demonstrada - Ausência de dolo ou culpa - Indiciamento e oferecimento de denúncia - Inocorrê ... [veja mais.](#)

Servidor Público

Categoria: Ementário

1289 - Administrativo e Processual Civil. Ação civil pública. Exploração e comercialização de minerais (diamantes) em reserva indígena (Cinta-Larga). Indícios de participação indevida de servidores da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Tutela jurisdicional inibitória. Possibilidade. Remo&cc ... [veja mais.](#)

Tributário

Categoria: Ementário

1300 - Tributário. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. TCFA. Cobrança em período posterior ao encerramento da empresa. Impossibilidade.1. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA foi instituída pela Lei nº 10.165/2000, sendo cobrada pelo poder público às empresas com atividades poluidoras e utilizadora ... [veja mais.](#)